

**NOTIFICAÇÃO DAS CRIANÇAS DO
NASCIMENTO ATÉ OS TRÊS ANOS DE IDADE
E DIREITOS DA FAMÍLIA SOB O PROGRAMA
BEBÊS NÃO PODEM ESPERAR**



DHR

**GEÓRGIA
DEPARTAMENTO DE
RECURSOS HUMANOS**

Revisado em junho de 2004
DPH04-132HW



DHR

**GEÓRGIA
DEPARTAMENTO DE
RECURSOS HUMANOS**

**Geórgia
Departamento de Recursos Humanos
Divisão de Saúde Pública
Filial de Saúde da Família**

Observações:

Meu Coordenador de Serviços é:

Seu número de telefone é:

**Outras maneiras que eu posso usar para
contatá-lo incluem:**

Endereço:

E-mail:

Pager:

Telefone celular:

Prefácio

A Notificação das Crianças do Nascimento até os Três Anos de Idade e Direitos da Família sob o programa Bebês Não Podem Esperar descreve os direitos da sua criança e família, conforme definido pela Parte C da Lei dos Indivíduos com Incapacidade de Instrução (IDEA). A IDEA é uma lei federal que inclui provisões para os serviços de intervenção precoce para crianças elegíveis começando no nascimento. Para apoiar a implementação destas exigências federais, a Geórgia desenvolveu políticas e procedimentos que atendem estas exigências federais e estaduais da Parte C.

Por este ser um documento de notificação oficial dos seus direitos sobre lei e regulamentos federais, alguns termos podem não ser familiares a você. Por esta razão, algumas palavras são definidas onde são usadas no documento e outras no Glossário.

O coordenador de serviços em trabalho com a sua família pode sugerir materiais adicionais para ajudá-lo a entender seus direitos. Ele/a também pode sugerir maneiras de você e outros membros da família poderem ser parceiros dos profissionais para ajudar a atender as necessidades desenvolvendo da sua criança.

Para obter mais informações, contate:
Babies Can't Wait
Office of Children with Special Needs
Family Health Branch/Division of Public Health
Georgia Department of Human Resources
2 Peachtree Street, NW
Suite 11-206
Atlanta, GA 30303-3186
(404) 657-2726
1-888-651-8224 (Toll Free)
<http://health.state.ga.us/programs/bcw/>

Índice

Pontos-chave no Processo de Referência para o Desenvolvimento do Plano de Serviço Familiar Individualizado (IFSP).....	1
Introdução.....	2
Consentimento dos Pais ou Responsáveis.....	6
Aviso Prévio.....	7
Exame dos Registros.....	8
Confidencialidade de informações.....	9
Resolução das Queixas Individuais da Criança	13
Mediação.....	14
Audição Imparcial do Devido Processo.....	15
Queixas Administrativas.....	18
Pais Substitutos.....	20
Glossário.....	24
Informações de Contato do Programa Local Bebês Não Podem Esperar (BCW).....	25
Informações do Meu Coordenador de Serviços.....	26
Observações.....	27

Informações de Contato do Programa Local Bebês Não Podem Esperar

O Coordenador Local do Programa é:

Seu número de telefone é:

O endereço do escritório local é:

O número do fax do escritório local é:

Multidisciplinar: O envolvimento de duas ou mais disciplinas ou profissões na provisão de serviços integrados e coordenados, incluindo atividades de avaliação e estimativa no § 303.322 e desenvolvimento de IFSP no § 303.342.

Ambientes Naturais: Estabelecimentos que são naturais ou normais para crianças com a idade da sua criança e que não têm uma incapacidade.

Pai ou responsável: "Pai ou responsável" significa os pais naturais ou adotivos, tutores, pessoas atuando no lugar dos pais, tais como avós, padrastos ou madrastas com os quais a criança vive, ou uma pessoa que seja legalmente responsável pelo bem-estar da criança, um pai ou responsável substituto que tenha sido designado, de acordo com o § 303.406, ou um pai ou responsável adotivo consistente com os padrões BCW.

Agência Principal Estadual: Refere-se ao Departamento de Recursos Humanos, Divisão de Saúde Pública como a agência principal apontada pela Parte C da IDEA na Geórgia.

Observação: Todas as citações contidas neste glossário são referências para 34 CFR Parte 303.

Pontos-chave no Processo de Referência para o Desenvolvimento do IFSP

Referência -

Sua criança pode ser referida para o programa Bebês Não Podem Esperar por você ou outro indivíduo (pediatra, enfermeira, provedor de cuidado da criança, terapeuta, outro pai, etc.).

Referências podem ser feitas por telefone, fax, por escrito ou pessoalmente. O **prazo de 45 dias** começa no dia em que a referência é recebida pelo programa Bebês Não Podem Esperar.

Entrada -

A reunião de *entrada* será seu primeiro contato face-a-face com o pessoal do programa Bebês Não Podem Esperar. Durante esta reunião, você será questionado sobre sua criança e o histórico médico e desenvolvente dela, bem como suas prioridades como uma família. Você receberá um aviso prévio por escrito e um pedido do seu consentimento para avaliar a sua criança. Você também poderá ser solicitado a consentir por escrito que o BCW peça informações pertinentes da sua criança aos médicos e outros envolvidos na vida dela.

Aviso Prévio aos Pais ou Responsáveis -

Um aviso prévio por escrito deve ser dado aos pais/tutores legais pelo menos **10 dias** antes do BCW propor ou recusar iniciar ou alterar a identificação, avaliação ou colocação de sua criança, ou fornecer os serviços adequados de intervenção precoce para a sua criança e família. Você receberá um aviso prévio antes da avaliação da sua criança se ela se encontra elegível para o BCW, e antes que seu Plano de Serviço Familiar Individualizado seja desenvolvido ou modificado.

Pontos-chave no Processo de Referência para o Desenvolvimento do IFSP (continuação)

Consentimento do Pai ou Responsável -

Consentimento significa que você, como os pais/tutores legais da sua criança, foram totalmente instruídos de todas as informações sobre a atividade para a qual seu consentimento foi solicitado. As informações devem ser fornecidas por você na sua língua nativa ou outro modo de comunicação, a menos que claramente impossível de cumprir. Será pedido que você providencie o consentimento antes que cada triagem, avaliação e estimativa sejam conduzidas e antes que os serviços de intervenção precoce sejam providenciados.

Triagem -

Triagem envolve o uso de ferramentas selecionadas ou procedimentos durante a visita de entrada ou outro tempo adequado para determinar se atividades adicionais de avaliação e estimativa são garantidas para a sua criança. A triagem pode ou não ser concluída para a sua criança e família.

Avaliação e Estimativa -

Avaliação significa o uso de ferramentas e procedimentos por profissionais qualificados para determinar a elegibilidade inicial e continuação da criança no programa Bebês Não Podem Esperar. *Avaliação* busca também identificar os pontos fortes exclusivos e necessidades da sua criança, bem como as prioridades de recursos e preocupações da sua família e os suportes e serviços necessários para melhorar a capacidade da sua família de atender as necessidades desenvolvíveis da sua criança, do nascimento até os três anos de idade, com necessidades especiais.

Avaliação da Família: Identificação de recursos, prioridades e preocupações da família, e a identificação dos suportes e serviços necessários para melhorar a capacidade da família de atender as necessidades desenvolvíveis da criança.

Plano de Serviço Familiar Individualizado (IFSP): Um plano escrito para fornecer serviços de intervenção precoce para crianças/famílias elegíveis que:

- (a) Seja desenvolvido em conjunto pela família e pessoal adequado, qualificado, fornecendo serviços de intervenção precoce;
- (b) Seja baseado na avaliação e estimativa multidisciplinar da criança e a estimativa dos pontos fortes e necessidades da família da criança, conforme determinado pela família e conforme requerido em 34 CFR 303.322;
- (c) Inclua resultados, estratégias e atividades desenvolvíveis; e
- (d) Inclua serviços necessários para melhorar o desenvolvimento da criança e a capacidade da família para atender as necessidades especiais da criança.

Agência Principal Local: Refere-se a uma das Diretorias de Saúde que administra o sistema local Bebês Não Podem Esperar através de cada um dos 19 distritos de saúde.

Mediação: Mediação é um processo que ajuda os pais, o BCW e os provedores a resolver uma discordância em uma atmosfera informal, não-adversária. A mediação é voluntária e ambas as partes devem concordar livremente em participar. É mais rápido do que ir à uma audiência ou corte. Ambas as partes participam na colocação de um acordo e devem aprovar o acordo. A mediação pode não ser usada para negar ou atrasar o seu direito à uma audiência imparcial.

GLOSSÁRIO

Avaliação: Os procedimentos contínuos usados por pessoal adequado, qualificado por todo o período da elegibilidade da criança sob o BCW para identificar:

- (a) Os pontos fortes e necessidades exclusivas da criança e os serviços adequados para atender aquelas necessidades;
- (b) Os recursos, prioridades e preocupações da família e os apoios e serviços necessários para melhorar a capacidade da família para atender as necessidades desenvolvendo de suas crianças do nascimento até os três anos de idade, com uma incapacidade; e
- (c) A natureza e extensão dos serviços de intervenção precoce que são necessitados pela criança e família da criança para atender as necessidades em (a) e (b) acima.

Divulgação: Para permitir o acesso à ou a liberação, transferência ou outra comunicação de registros de instrução ou as informações pessoalmente identificáveis contidas naqueles registros, para qualquer parte. A divulgação pode ser por vários meios, incluindo oral, escrito ou eletrônico.

Estimativa: Os procedimentos usados por pessoal adequado, qualificado, para determinar a elegibilidade inicial e contínua da criança sob o BCW. Os procedimentos usados devem ser consistentes com a definição de "crianças do nascimento até os três anos de idade, com incapacidades" em 34 C-FR 303.16, incluindo a determinação do status da criança em cada uma das áreas desenvolvendo.

Família: Definida de acordo com a definição de cada família por si própria, incluindo outros significantes.

Pontos-chave no Processo de Referência para o Desenvolvimento do IFSP (continuação)

Plano de Serviço Familiar Individualizado (IFSP) Desenvolvimento —

Os padrões do programa Bebês Não Podem Esperar exigem que o *plano de serviço familiar individualizado* (IFSP) de cada criança deve ser desenvolvido dentro de **45 dias** do recebimento da referência. Quando atrasos são solicitados ou iniciados por uma família por qualquer razão (doença, hospitalização, férias, programas de trabalho, etc.), esta exigência de cronograma não está em vigor e pode atrasar o início dos serviços para sua criança e família.

Introdução

A Parte C do sistema IDEA na Geórgia, conhecida como Bebês Não Podem Esperar (BCW), é designada a maximizar o envolvimento da família e assegurar o consentimento dos pais ou responsáveis em cada etapa do processo, da determinação de elegibilidade até a entrega do serviço. Foi estabelecida a salvaguarda dos direitos para proteger os pais ou responsáveis e as crianças. Os pais ou responsáveis devem ser informados sobre esses direitos ou salvaguardas para que possam ter um papel de liderança nos serviços para suas crianças. A participação no BCW da Geórgia para crianças no nascimento até os três anos de idade é voluntária para você e sua família.

Sob o BCW na Geórgia, você como um pai ou responsável, tem os seguintes direitos:

- O direito a uma avaliação e estimativa multidisciplinar oportuna e o desenvolvimento de um Plano de Serviço Familiar Individualizado (IFSP) dentro de 45 (quarenta e cinco dias) da referência para o BCW;
- Se elegível sob o BCW, o direito aos serviços de intervenção precoce apropriados à sua criança e família conforme tratado em um IFSP;

Na Geórgia, "serviços de intervenção precoce apropriados" são determinados através do processo do IFSP. O IFSP deve conter uma declaração dos serviços de intervenção precoce específicos necessários para atender as necessidades exclusivas da criança e da família para alcançar os resultados identificados no IFSP. Os regulamentos federais definem os serviços de intervenção precoce como serviços que "são projetados para atender as necessidades desenvolvintes de cada criança elegível sob esta parte e as necessidades da família relativas à intensificação do desenvolvimento da criança."

sob esta seção não é somente um funcionário porque ele ou ela é pago por uma agência pública para servir como um pai ou responsável substituto; e

- (d) Reside na mesma área geográfica geral da criança, sempre quando possível.

Um pai ou responsável substituto pode representar a criança em todos os assuntos relativos à:

- (1) A avaliação e estimativa da criança;
- (2) Desenvolvimento e implementação do IFSP da criança, incluindo avaliação anual e revisões periódicas;
- (3) A provisão contínua dos serviços de intervenção precoce para a criança; e
- (4) Quaisquer outros direitos estabelecidos sob o BCW.

Uma queixa alegando falha da agência pública ou fornecedor de serviço privado para implementar uma devida decisão de processo deve ser resolvida pela Agência Principal.

PAIS OU RESPONSÁVEIS SUBSTITUTOS

Os direitos das crianças elegíveis sob o BCW estão protegidos, mesmo se:

- (1) Nenhum pai ou responsável pode ser identificado;
- (2) A agência principal local, depois de esforços razoáveis, não pode descobrir o paradeiro de um pai; ou
- (3) A criança é tutelada pelo estado sob as leis da Geórgia.

Um indivíduo é designado a agir como um "substituto" para os pais, de acordo com os procedimentos seguintes. Os procedimentos incluem um método para determinar se uma criança precisa de um pai substituto e a designação de um substituto para a criança. Os critérios seguintes são empregados ao selecionar substitutos:

- (1) Pais substitutos são selecionados de maneira autorizada pela lei estadual.
- (2) Uma pessoa selecionada como um pai substituto:
 - (a) Não tem interesse que conflite com o interesse da criança que representa;
 - (b) Tem conhecimento e habilidades que assegurem representação adequada da criança;
 - (c) Não é um funcionário de qualquer agência estadual ou uma pessoa ou um funcionário de uma pessoa fornecendo serviços de intervenção precoce para a criança ou para qualquer membro da família da criança. Uma pessoa que de outra maneira qualifica-se para ser um pai substituto

- O direito para avaliação, estimativa, desenvolvimento do IFSP, coordenação de serviço e salvaguardas processuais sem custo. Você pode ser cobrado por outros serviços de intervenção precoce, com base na Análise Financeira por Participação de Custo. Entretanto, sua inabilidade para pagar, conforme definido pela Análise Financeira para Participação de Custo, não impedirá sua criança ou sua família de receber serviços de intervenção precoce.
- O direito de recusar avaliações, estimativas e serviços;
- O direito de ser convidado a e participar de todas as reuniões do IFSP;
- O direito de receber notificação escrita 10 dias antes que uma alteração seja proposta ou recusada na identificação, avaliação ou colocação da sua criança, ou no fornecimento de serviços para sua criança ou família;
- O direito de receber serviços no ambiente natural da sua criança à extensão adequada;
- O direito à manutenção da confidencialidade de informações pessoalmente identificáveis;
- O direito de revisar e, se adequado, corrigir registros de intervenção precoce;
- O direito à uma audiência imparcial do devido processo para resolver discordâncias de pais / provedor; e
- O direito de protocolar uma queixa administrativa.

Em adição aos direitos gerais listados acima, você está designado a ser notificado das salvaguardas processuais específicas sob o BCW. Estes direitos incluem: Consentimento Paterno, Aviso Prévio, Exame de Registros, Confidencialidade de Informações, Queixas Individuais da Criança, Queixas Administrativas e Pais Substitutos. Cada uma destas salvaguardas está descrita abaixo.

CONSENTIMENTO PATERNO

Consentimento significa que: (1) você foi totalmente informado de todas as informações sobre a atividade para a qual o consentimento é buscado, em sua **língua nativa**, ou outro modo de comunicação; (2) você entende e concorda por escrito com a execução da atividade para a qual o seu consentimento foi buscado, e o consentimento descreve aquela atividade e empunha os registros (se houver), que serão liberados e para quem, e (3) você entende que garantir o consentimento é voluntário de sua parte e pode ser revogado a qualquer tempo.

Idioma Nativo: Onde usado com referência às pessoas de proficiência inglesa limitada, significa o idioma ou meio de comunicação normalmente usado pelo pai ou responsável de uma criança elegível.

Seu consentimento escrito deve ser obtido antes que:

- (1) Avaliação(ões) e estimativa(s) da sua criança sejam conduzidas; e
- (2) Serviços de intervenção precoce sejam providenciados.

Se você não consentir, a agência principal local deverá fazer esforços razoáveis para assegurar que você:

- (a) Esteja totalmente ciente da natureza da avaliação e estimativa dos serviços que poderiam ser avaliados; e
- (b) Entende que a sua criança não será capaz de receber a avaliação e estimativa de serviços, a menos que o consentimento seja dado.

Se você não der seu consentimento para uma avaliação inicial, a agência principal local pode: (1) providenciar a você literatura importante ou outros materiais; (2) oferecer-lhe aconselhamento par para

Uma vez que a Agência Principal Estadual recebeu a queixa, eles têm 60 dias (a menos que haja circunstâncias excepcionais) para investigar a queixa e emitir uma decisão escrita que contenha os fatos e conclusões, e as razões para a decisão final. O indivíduo ou organização protocolando a queixa tem a oportunidade de submeter informações adicionais, seja oralmente ou por escrito, sobre a queixa.. Se a decisão final indicar que os serviços adequados não foram/são fornecidos, a Agência Principal Estadual deve tratar agora para remediar a negação daqueles serviços, incluindo, como adequado, o julgamento de reembolso monetário ou outra ação corretiva. A Agência Principal Estadual deve também tratar provisões futuras adequadas de serviços para todas as crianças do nascimento até os três anos de idade com incapacidades e suas famílias. Para obter mais informações sobre estes procedimentos de queixa, contate o Escritório do BCW Estadual no nº (404) 657-2726 ou 1-888-651-8224.

Se uma queixa escrita é recebida que seja também o assunto da audiência do devido processo, ou contém vários assuntos, dos quais um ou mais são parte daquela audiência, o Estado deve colocar de lado qualquer parte da queixa que esteja sendo tratada na audiência do devido processo até a conclusão da audiência. Entretanto, qualquer assunto na queixa que não seja parte da ação do devido processo deve ser resolvido dentro de 60 dias de prazo usando os procedimentos da queixa descrita neste documento.

Se um assunto for levantado em uma queixa administrativa, que tenha sido previamente decidido em uma audiência do devido processo envolvendo as mesmas partes –

- (i) A decisão da audiência é obrigatória; e
- (ii) A Agência Principal deve informar os reclamantes de tal efeito.

Se a discordância (queixa) envolve um requerimento para serviços iniciais, sua criança e família devem receber aqueles serviços que não estão em disputa.

QUEIXAS ADMINISTRATIVAS

Em adição ao processo de Queixa Individual da Criança (discutido na seção anterior) um indivíduo ou organização, incluindo um indivíduo ou organização de outro estado, pode protocolar uma queixa assinada escrita que qualquer agência pública ou privada provedora de serviço participante no BCW está violando uma exigência do programa Parte C. A queixa deve incluir:

- (1) Uma declaração que uma exigência da Parte C foi violada pela agência principal local; e
- (2) Os fatos nos quais a queixa é baseada.

Queixas devem ser postadas para o programa Bebês Não Podem Esperar, Divisão de Saúde Pública, Departamento de Recursos Humanos da Geórgia, #2 Peachtree Street, Room 11-206, Atlanta, Georgia 30303-3186. Queixas podem também ser submetidas via fax para (404) 657-2763. A queixa deve ser protocolada com a Agência Principal Estadual dentro de um ano da alegada violação. Sob certas circunstâncias, o período para protocolar a queixa pode ser maior:

- (1) Se a violação ainda estiver ocorrendo para aquela criança ou outras crianças;
- (2) Se a pessoa protocolando as queixas estiver pedindo reembolso ou ação corretiva para uma violação que ocorreu dentro de três anos do protocolo da queixa.

ajudar o seu entendimento do valor da intervenção precoce e tratar suas preocupações sobre participação no sistema BCW; (3) periodicamente renova o contato com você, em um programa de tempo estabelecido, para ver se mudou sua idéia sobre participação no BCW; e (4) inicia uma audiência imparcial do devido processo para resolver esta discordância pai/provedor.

Em adição, como pai de uma criança elegível sob o BCW, você pode determinar se você, sua criança ou outros membros da família irão aceitar ou recusar qualquer serviços de intervenção precoce sob este programa. Você pode também recusar tal serviço depois da primeira aceitação sem prejudicar outros serviços de intervenção precoce sob o BCW.

Finalmente, você tem o direito à notificação escrita de e consentimento escrito para a troca de quaisquer **informações pessoalmente identificáveis** coletadas, usadas ou mantidas sob o BCW. (Consulte a seção sobre Confidencialidade de Informações).

Informações pessoalmente identificáveis incluem: 1) nome da sua criança, seu nome, ou nome de outros membros da família; 2) endereço da sua criança; 3) um identificador pessoal, como número de seguro social da sua criança ou seu; ou 4) uma lista de características pessoais ou outras informações que tornariam possível identificar a sua criança com uma certeza razoável.

AVISO PRÉVIO

Aviso prévio escrito deve ser dado a você 10 dias antes que a agência principal local proponha ou recuse iniciar ou alterar a identificação, avaliação ou colocação da sua criança, ou a provisão de serviços de intervenção precoce para sua criança e sua família. O aviso deve ser suficientemente detalhado para informá-lo sobre:

- (1) A ação que está sendo proposta ou recusada;
- (2) As razões para tomar a ação;
- (3) Todas as salvaguardas processuais que são disponíveis sob o BCW; e
- (4) Os procedimentos de queixa BCW, incluindo uma descrição de como protocolar uma queixa e os prazos sob estes procedimentos. (Consulte a página 17: Queixas Administrativas).

O aviso deve ser:

- (1) Escrito em linguagem entendível para o público geral e fornecido em sua língua nativa, a menos que seja claramente impraticável fazê-lo.
- (2) Se sua língua nativa ou outro modo de comunicação não for uma língua escrita, a agência principal local deverá tomar as medidas para assegurar que:
 - (a) O aviso seja traduzido oralmente ou por outros meios para você em sua língua nativa ou outro modo de comunicação;
 - (b) Você entende o aviso; e
 - (c) Há evidência escrita de que as exigências desta seção foram atendidas.
- (3) Se você é surdo, cego ou não tem linguagem escrita, o modo de comunicação deve ser aquele normalmente usado por você (tais como linguagem de sinais, Braille ou comunicação oral).

EXAME DOS REGISTROS

De acordo com os procedimentos de Confidencialidade de Informações resumidos nesta brochura, Ihe deve ser dada a oportunidade de inspecionar e revisar os registros relativos às avaliações e estimativas, determinações de elegibilidade,

Sob o BCW, Ihe são dados os direitos listados abaixo em qualquer audiência imparcial do devido processo realizada sob esta seção:

- (1) Ser acompanhado e aconselhado por um advogado e indivíduos com conhecimento especial ou treinamento em serviços de intervenção precoce para crianças sob o BCW;
- (2) Apresentar evidência e confronto, examinar cruzado e compelir o atendimento de testemunhas;
- (3) Proibir a introdução de qualquer evidência nos procedimentos que não tenha sido divulgada a você pelo menos dias antes do procedimento;
- (4) Obter uma transcrição escrita ou eletrônica verbatim (palavra por palavra) do procedimento; e
- (5) Obter avaliação escrita dos fatos e decisões.

Quaisquer procedimentos para implementar a audiência imparcial do devido processo nesta seção devem ser realizados em horário e lugar razoavelmente conveniente para você.

Em até 30 dias depois do recebimento da sua discordância (queixa), a audiência imparcial do devido processo requerida sob esta seção deve ser concluída e uma decisão escrita deve ser postada para cada uma das partes.

Qualquer parte insatisfeita com as avaliações e decisões da audiência imparcial do devido processo, tem o direito de trazer uma ação civil ao estado ou tribunal federal.

Durante a pendência (período de tempo) de qualquer procedimento envolvendo uma discordância (queixa) de pai/provedor, a menos que a agência principal local e você concordem em contrário, sua criança e família continuarão recebendo os serviços de intervenção precoce adequados que são fornecidos atualmente.

O Escritório Estadual de Audiências Administrativas designará um oficial de audiência para conduzir a audiência. Os oficiais de audiência são pessoas imparciais apontadas para conduzir a audiência imparcial do devido processo. O oficial da audiência deve:

- (1) Ter conhecimento sobre as provisões do BCW e as necessidades de, e serviços disponíveis para crianças elegíveis e suas famílias; e
- (2) Exercer as seguintes obrigações:
 - Ouvir a apresentação das visões relevantes sobre a queixa/discordância;
 - Examinar todas as informações relativas aos assuntos;
 - Procurar alcançar uma resolução oportuna da discordância; e
 - Fornecer um registro dos procedimentos, incluindo uma decisão escrita.

Oficiais de audiência usados em uma **audiência imparcial do devido processo** e mediadores usados na mediação devem ser "imparciais".

Imparcial significa que a pessoa apontada para servir como o oficial de audiência (ou mediador) do procedimento imparcial do devido processo:

- (1) Não é um funcionário ou qualquer agência ou programa envolvido em fornecer serviços de intervenção precoce para ou cuidar da criança;
- (2) Não tem um interesse pessoal ou profissional que poderia conflitar com sua objetividade em implementar o processo;
- (3) Não é uma diretoria local de oficial de saúde.

Uma pessoa que seja de outra maneira qualificada sob esta seção não é considerada um funcionário de uma agência somente porque seja paga pela agência para implementar o processo de resolução da discordância.

desenvolvimento e implementação de IFSPs, queixas individuais lidando com sua criança, e qualquer outra porção do BCW envolvendo registros sobre sua criança e família.

CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES

A agência principal local lhe dá a oportunidade de inspecionar e revisar quaisquer registros de intervenção precoce relativos à sua criança, que sejam coletados, mantidos ou usados pelo BCW. A agência principal local cumpre o pedido sem atraso desnecessário e antes que qualquer reunião em relação ao IFSP ou audiência relativa à identificação, avaliação, colocação ou provisão de serviços adequados de intervenção precoce, em nenhum caso, mais de 45 dias depois que o pedido tenha sido feito.

As definições seguintes são usadas nesta seção:

- 1) **Destruição** significa destruição física ou remoção de identificadores pessoais de informações, de forma a não ser mais pessoalmente identificável;
- 2) **Registros de Intervenção Precoce** significa os registros cobertos pelos Direitos de Instrução da Família e Lei de Privacidade (FERPA); e
- 3) **Agência Participante** significa qualquer agência ou instituição que coleta, mantém ou utiliza as informações pessoalmente identificáveis, ou da qual as informações são obtidas, sob esta parte.

O direito de inspecionar e revisar os registros de intervenção precoce inclui:

- (1) O direito a uma resposta da agência principal local de pedidos razoáveis de explicações e interpretações do registro de intervenção precoce;

- (2) O direito de pedir que a agência principal local forneça cópias dos registros de intervenção precoce contendo as informações, se falhar em fornecer estas cópias poderia efetivamente preveni-lo de exercer o direito de inspecionar e revisar os registros de intervenção precoce; e
- (3) O direito de ter alguém que lhe represente na inspeção e revisão de registro de intervenção precoce.

A agência principal local pode presumir que você tem a autoridade para inspecionar e revisar os registros de intervenção precoce relativos à sua criança, a menos que a agência principal local tenha sido avisada que você não tem a autoridade sob a lei aplicável estadual ou liminar governando tais assuntos como tutoria, separação e divórcio.

Cada agência principal local deverá manter um registro das partes obtendo acesso aos registros de intervenção precoce coletados, mantidos ou usados sob o BCW (exceto o acesso pelos pais e funcionários autorizados da agência participante), incluindo o nome da parte, a data que o acesso foi dado e a finalidade para a qual a parte está autorizada a usar o registro de intervenção precoce.

Se qualquer registro de intervenção precoce inclui informações sobre mais de uma criança, você tem o direito de inspecionar e revisar apenas as informações relativas à sua criança, ou ser informado daquela informação específica.

A agência principal local deverá lhe fornecer, mediante pedido, uma lista dos tipos e posições dos registros de intervenção precoce coletados, mantidos ou usados pela agência.

A agência principal local pode cobrar uma taxa pelas cópias de registros de intervenção precoce que são feitas pelos pais sob o BCW, se a taxa efetivamente não preveni-lo de exercer seu direito de exercer a inspeção e revisão dos

Um acordo de mediação deve ser para a satisfação de ambas as partes e não conflitar com as leis federais ou estaduais ou política do BCW. As partes devem assinar o acordo e receber uma cópia do acordo escrito no final da mediação. Discussões durante a o processo de mediação devem ser confidenciais e não podem ser usadas como evidência em quaisquer audiências imparciais subseqüentes do devido processo ou procedimentos civis, e as partes do processo de mediação podem ser requeridas a assinar uma garantia de confidencialidade antes do início do processo.

O BCW é responsável por quaisquer custos que sejam associados ao processo de mediação. Não há custo para você como pai ou responsável.

Você pode protocolar simultaneamente um pedido de mediação e de audiência imparcial do devido processo. Se um acordo for alcançado na mediação, a audiência é cancelada.

Audiência Imparcial do Devido Processo

Uma audiência imparcial do devido processo é um procedimento formal conduzido por um escritório de audiência imparcial. A audiência imparcial do devido processo deve ser concluída, e uma decisão escrita feita dentro de 30 dias do pedido. (Uma mediação, se tentada, deve ocorrer dentro dos mesmos 30 dias).

Como pai ou responsável, você pode iniciar uma queixa notificando por escrito a agência principal local, do pedido de uma audiência imparcial do devido processo. Você deve assinar a queixa e incluir uma declaração identificando os pontos de discordância relativa à identificação, avaliação, colocação da sua criança ou provisão dos serviços adequados de intervenção precoce para sua criança ou família.

Mediação

A Geórgia oferece mediação como uma possível alternativa de resolver discordâncias. A mediação é vista como voluntária e livremente acordada por ambas as partes. Pais/provedores não são requeridos a usá-la. A mediação pode não ser usada para negar ou atrasar seu direito a uma audiência imparcial do devido processo sob o BCW ou quaisquer outros direitos sob o BCW. Se a mediação é requerida, deve ser concluída dentro de 14 dias.

Um pedido de mediação deve ser feito à agência principal local, por escrito. Este pedido deve ser assinado pelas partes protocolando-o e deve conter uma declaração identificando os pontos de discordância relativos à identificação, avaliação e colocação da sua criança, ou provisão dos serviços adequados de intervenção precoce para sua criança ou família.

Os contratos do BCW da Geórgia com o Centro de Justiça de Atlanta para serviços de mediação. O Centro de Justiça de Atlanta mantém uma lista de indivíduos que são mediadores qualificados e cientes das leis e regulamentos relativos à provisão de instrução especial e serviços relativos, incluindo intervenção precoce. O Centro de Justiça de Atlanta será notificado do pedido de mediação e contatará ambas as partes para revisar a queixa e o processo de mediação e programar hora e local para a mediação. A mediação será programada de maneira oportuna e conduzida em local que seja conveniente para ambas as partes. Um mediador qualificado e imparcial que seja treinado em técnicas efetivas de mediação encontrará ambas as partes para ajudá-las a encontrar uma solução para a queixa em uma atmosfera informal, não adversária.

registros de intervenção precoce. Eles não podem cobrar uma taxa pela busca ou recuperação de informações sob o BCW.

Se você acreditar que as informações nos registros de intervenção precoce, coletadas, mantidas ou usadas sob o BCW são inexatas ou enganosas, ou violam a privacidade ou outros direitos da sua criança ou família, você pode requerer que a agência principal local emende as informações.

- (1) A agência decide se emenda as informações, de acordo com o pedido, dentro de um período razoável de tempo depois de recebido o pedido.
- (2) Se a agência se recusar a emendar as informações conforme seu pedido, você será informado da recusa e avisado do direito à uma audiência.

A agência principal local, a pedido, fornece uma oportunidade para uma audiência para desafiar as informações nos registros de intervenção precoce para certificar que não estejam inexatos, enganosos ou de outra maneira em violação da privacidade ou outros direitos da criança.

- (1) Se, como resultado da audiência, ficar determinado que as informações são inexatas, enganosas ou de outra forma em violação da privacidade ou outros direitos da criança, a agência principal local emendará as informações adequadamente e lhe informará, por escrito.
- (2) Se, como resultado da audiência, ficar determinado que as informações são inexatas, enganosas ou de outra forma em violação da privacidade ou outros direitos da criança, você será informado do seu direito de colocar nos registros de intervenção precoce da criança, uma declaração comentando sobre as informações e demonstrando quaisquer razões de discordância da decisão da audiência.

Qualquer explicação colocada nos registros de intervenção precoce da criança sob esta seção deve: (a) ser mantida pela agência principal local como parte dos registros de intervenção precoce da criança, contanto que o registro de intervenção precoce ou porção contestada (aquela parte do registro com a qual você discorda) seja mantido por tal agência; e (b) se os registros de intervenção precoce da criança ou a porção contestada forem divulgados por tal agência para qualquer parte, a explicação deve também ser divulgada para a parte.

Uma audiência mantida sob esta seção deve ser conduzida de acordo com os procedimentos sob os Direitos de Instrução da Família e Lei de Privacidade (FERPA), que são encontrados no estatuto 20 U.S. C. §1232g, e nos regulamentos 34 CFR Parte 99. Estes procedimentos podem também ser encontrados no Manual de Padrões e Implementação BCW, Seção de Salvaguardas Procedimentais.

O consentimento dos pais ou responsáveis deve ser obtido antes que as informações identificáveis pessoalmente sejam (1) divulgadas para qualquer um diferente dos oficiais das agências participantes, coletando ou utilizando informações sob o BCW, sujeitas ao próximo parágrafo desta seção; ou (2) usadas por qualquer finalidade diferente de atender uma exigência sob o BCW.

As informações do registro de intervenção precoce da sua criança não podem ser liberadas às agências participantes sem o seu consentimento, a menos que a agência participante no BCW esteja autorizada a fazê-lo sob o FERPA.

As seguintes salvaguardas devem ser colocadas para assegurar a confidencialidade dos registros:

- Cada agência principal local protege a confidencialidade de informações identificáveis pessoalmente na coleção, armazenagem, divulgação e destruição das fases;
- Um oficial de cada agência principal local é responsável por assegurar a confidencialidade de quaisquer informações identificáveis pessoalmente;
- Todas as pessoas coletando ou usando informações identificáveis pessoalmente recebem treinamento ou instrução em relação às políticas e procedimentos do BCW da Geórgia em conformidade com IDEA e FERPA;
- Cada agência principal local mantém, para inspeção pública, uma lista atual de nomes e cargos daqueles funcionários de dentro da agência que têm acesso às informações identificáveis pessoalmente;
- A agência principal local informa os pais ou responsáveis quando as informações identificáveis pessoalmente, coletadas, mantidas ou usadas sob o BCW não são mais necessárias para fornecer os serviços à criança; e
- As informações são destruídas a pedido dos pais ou responsáveis. (Os registros de intervenção precoce permanentes da criança como: nome, endereço, número de telefone e datas dos serviços de intervenção precoce deverão ser mantidos.)

RESOLUÇÃO DAS QUEIXAS INDIVIDUAIS DA CRIANÇA

Se você discorda da agência principal local sobre (1) identificação, (2) avaliação, (3) colocação de sua criança ou (4) providência dos serviços de intervenção precoce adequados para a sua criança ou família, você tem o direito à uma resolução administrativa oportuna das suas preocupações através de mediação e/ou uma audiência imparcial do devido processo.

